



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14414 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

A IMPORTÂNCIA DA NARRATIVA FEMININA AO CONJUNTO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL

Rosely Ribeiro Lima - CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ- UFG

Leonor Paniago Rocha - UFJ PPGE - Universidade Federal de Jataí

A IMPORTÂNCIA DA NARRATIVA FEMININA AO CONJUNTO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL

Resumo

Este trabalho é resultante de parte de um estudo relacionado ao projeto de pesquisa que teve como foco de investigação as contribuições da Psicologia da Educação para a Formação de Professores. Partindo de um recorte investigativo, os estudos foram ampliando para buscar localizar como as histórias de vida das pessoas com deficiência evidenciam as implicações sociais na sua formação acadêmica. Para apresentar o resumo desse estudo, neste texto foi proposto como objetivo trabalhar a importância da “reintegração” da narrativa feminina da pessoa cega ao conjunto da história da humanidade, diante dos desafios da Inclusão Social. O presente trabalho apresenta trechos de uma narrativa de vida de uma mulher de 41 anos que nasceu cega. Sua narrativa foi coletada, lida, organizada e analisada de forma metodológica a partir do que é indicado por Clandini e Connelly (2015) e foi interpretada de forma conceitual a partir de autoras e autores que trabalham com uma perspectiva social da formação humana. A história de vida apresentada evidencia o confronto de interesses sociais legitimados pela luta de diferentes classes e grupos, mas ganha reforço quando a pessoa entende sua posição, função, pertença e seu lugar no mundo.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência. História de vida. Inclusão Social.

Introdução

Este trabalho é resultante de um estudo relacionado ao projeto de pesquisa que teve como foco de investigação as contribuições da Psicologia da Educação para a formação de professores. Ao longo do seu desenvolvimento, observou-se os desafios enfrentados na formação da mulher com deficiência. Partindo desse recorte investigativo, os estudos foram

ampliando para buscar localizar como as histórias de vida das pessoas com deficiência evidenciam marcas ou implicações sociais na sua formação acadêmica. Para apresentar parte do resumo desse estudo, que consideramos como finalizado, neste texto foi proposto trabalhar a importância da reintegração da narrativa feminina da pessoa cega ao conjunto da história da humanidade, diante dos desafios da inclusão social. A pesquisa ocorreu na vertente qualitativa, partindo de autoras que estudam sobre o feminino e de autores que abordam os estudos (auto)biográficos e de representações sociais. A investigação seguiu os padrões éticos na pesquisa.

Destacamos que a adesão à abordagem (auto)biográfica neste trabalho é um ato político, pois buscamos refletir a interiorização individual das estruturas sociais ressignificadas na memória de uma mulher diante dos desafios da inclusão social. Nessa perspectiva, também intencionamos refletir sobre as relações entre a história individual e a implicação social na vida de uma professora, mostrando o caráter dinâmico da subjetividade na construção de processos revolucionários de inclusão. Consideramos que em cada vivência humana se manifesta uma história social, portanto, entendemos que “[...] nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual”. (FERRAROTTI, 1988, p. 26). Perante essa definição, construímos nossas reflexões trabalhando a memória individual e feminina, via narrativa de uma professora com deficiência visual.

Desafios sociais na formação humana de uma professora cega

O presente trabalho apresenta trechos da narrativa de uma mulher de 41 anos que nasceu cega. Entre tantos papéis sociais que desenvolve estão o de professora, filha, mãe e aluna de pós-graduação. Sua narrativa foi coletada, lida, organizada e analisada de forma metodológica a partir do que é indicado por Clandini e Connelly (2015) e foi interpretada de forma conceitual a partir de autoras e autores que trabalham uma perspectiva social da formação humana. A voz da Vita, nome fictício escolhido para a participante, aqui em processos de escuta reflexiva de sua história pessoal, nos oportuniza construir compreensões de mundo capazes de contribuir para problematizar a inclusão social diante de uma narrativa que ajuda a enfrentar as dificuldades perante processos sociais, especialmente aqueles relacionados à formação identitária.

A memória de uma mulher com deficiência visual, diante dos desafios enfrentados na sua vida, ganha destaque neste trabalho, pois entendemos o seu importante papel de resistência ao sistema ideológico que marginalizou muitos anos a memória das minorias. Consideramos, conforme Bueno, Souza, Catani e Souza (1993, p. 305) que: “[...]memórias alternativas (contra-memória) coincide com a entrada na cena política de novos atores, trazendo em seu bojo críticas, perspectivas, reivindicações e valores, nem sempre controlados, por aqueles que de uma maneira ou outra abriam brechas para sua eclosão”.

Quando tratamos aqui a memória feminina, não estamos dizendo que existe uma dicotomia entre a diferença biológica de sexo, mas trazemos a condição feminina numa perspectiva histórica, mostrando a importância da reintegração da narrativa feminina ao conjunto da história da humanidade. Assim, entendemos que a fala da mulher saiu da “[...] “esfera do privado”, em oposição à do “público”. (SOUSA, CATANI, SOUZA, BUENO, 1996, p. 64). No passado, ou em retrocessos do presente, as vozes das mulheres eram, e atualmente ainda são mantidas na esfera privada ou silenciada, dependendo dos diferentes papéis sociais e considerando as categorias raça, classe, deficiência, etc. De tal modo, as diferentes fontes orais ou escritas atuais produzidas pelas mulheres apresentam múltiplas possibilidades de se pensar o contraditório, os estereótipos, os preconceitos, as funções sociais e a estrutura hegemônica de opressão. Finalmente, “A emergência das mulheres no cenário social se viabiliza à medida que escutamos o que elas têm a dizer, que façamos com que falem”. (SOUSA, CATANI, SOUZA, BUENO, 1996, p. 63).

A narrativa dominante marcou o grupo das pessoas com deficiência para uma dimensão afônica simbólica. Um exemplo está na experiência da mãe de Vita, que não conseguiu superar a força hegemônica que é reproduzida na área da saúde, em que os médicos não consideraram a deficiência identificada por ela na sua própria filha.

Os próprios médicos diziam que eu não era cega, que o que eu tinha era estrabismo. Eles ficavam de um lado da sala no consultório e me chamava e eu ia correndo até eles. Mas eu ouvia a voz deles e de acordo com o lugar da voz eu ia ao encontro deles. Eu sempre fui uma criança muito ativa. Minha mãe me deixava experimentar as coisas e ficava atenta para eu não me machucar, mas não me impedia de fazer as coisas, brincar etc. Então foi muito sofrido para minha mãe porque eu cheguei a usar óculos até os cinco anos de idade, porque os médicos atestavam que eu tinha visão e ela precisou ser muito forte para provar que eu era cega e a partir daí buscar orientação sobre cegueira. (Parte da narrativa da Vita apresentada no ano de 2020).

A alternativa criada pela mãe sem voz diante da negação da deficiência, assim, legitimando a exclusão, foi de permitir a Vita ser livre para crescer, a escolha mais revolucionária que poderiam oportunizar e potencializar no desenvolvimento dela. Neste momento, podemos dizer que surgiu um microcosmo de militância feminina construída pela mãe para a restituição da humanidade na diversidade de Vita, negada por muitos, especialmente diante dos profissionais que detêm o conhecimento científico.

Moscovici (2003) nos apresenta que existem circulações de conhecimentos, que se consolidam em termos comuns, denominados de universos consensuais. Compreender o universo consensual é entendê-lo como saberes que são estabelecidos por pessoas que não são especialistas, mas artífices que produzem vidas e “dão conta” das questões cotidianas. Imersa nesse universo, a mãe de Vita sabia pela experiência que era preciso considerar a marca da diferença na sua filha para traçar possibilidades futuras. É diante dessa narrativa que refletimos sobre o poder hegemônico dos saberes científicos que podem fomentar uma neutralidade científica que se afasta da identidade e da singularidade humana, ecoando uma “única” voz de dominação, determinando ou negando quem sabe e o que sabe.

A memória recriada por Vita, destacando o microcosmo de militância da mãe, mostra

a ancoragem de significações (MOSCOVICI, 2003) construídas perante a necessidade de resistência para se tornar “humana”, gerando, conseqüentemente, constantes relatos sobre o importante papel dela na sua história. Vita narra memórias recriadas de uma infância que forneceu uma sólida compreensão sobre o importante esforço contra hegemônico que precisa ser cunhado para que as pessoas com deficiência possam romper barreiras da exclusão social.

Como eu nasci cega eu fui aprendendo criar formas de enxergar e essas são as formas que eu conheço. Então não sinto falta de outras formas de enxergar porque as que eu conheço são essas [...]. Mas percebo que minha mãe viveu um certo luto com a minha falta de visão. [...] ela tinha que convencer o próprio médico, já que a convivência dela comigo lhe dava a certeza que eu era cega. (Parte da narrativa da Vita apresentada no ano de 2020).

Vita aprendeu que é preciso “convencer o próprio médico”, que é necessário posicionar no seu lugar de fala da pessoa com deficiência num dinâmico auto-engendramento, que os outros possam no seu lugar de fala também serem inclusivistas, que é urgente a construção de um novo marco civilizatório:

E é por isso, que eu valorizo tanto o termo pessoa com deficiência em detrimento de quaisquer outros termos, pois foi a partir da Lei Brasileira de Inclusão de 2015 que surgiu esse termo e ele apresenta a pessoa antes da deficiência. Não nega a deficiência, mas o fato de a pessoa vir antes, faz toda diferença. Porque primeiro somos pessoas. (Parte da narrativa da Vita apresentada no ano de 2020).

É preciso que não apenas a lei possa garantir o direito da existência da pessoa com deficiência, mas também que possam ter acesso aos diferentes espaços sociais, que possam ser ouvidos, entendidos, respeitados, considerados, valorizados, admirados, especialmente, incluídos na sociedade.

Apesar de toda essa aceitação que eu senti na escola e nos meus trabalhos, o preconceito existe. E eu já passei por algumas situações que deixaram isso muito claro. Uma delas, aconteceu recentemente quando fui a uma clínica, realizar exames para tomar posse em uma instituição, onde passei em um concurso. Quando a atendente, viu que o médico havia pedido urgência na realização dos exames, ela me perguntou se eu estava sentindo alguma dor. Quando expliquei que a urgência era porque eu iria tomar posse em um cargo de professora, ela se admirou de eu ser professora sendo cega e me perguntou se eu tinha curso para isso. É preciso explicar às pessoas questões relativas às deficiências. Meus alunos do ensino à distância, em momentos presenciais, já me revelaram que tiveram dúvidas se eu conseguiria, ou como eu conseguiria realizar o meu trabalho. (Parte da narrativa da Vita apresentada no ano de 2020).

A consciência clara de si colabora para a formação em desenvolvimento profissional desta e de tantas outras professoras com deficiência que vão garantindo os seus espaços de pertença social, após inúmeros micro e macrocosmos de militância feminina. O auto-engendramento permite compreender também o contexto em que se vive diante de outras realidades complexas; outrossim, potencializa dizer sobre si e acerca de tantas outras questões que envolvem a existência da pessoa com deficiência.

Considerações finais

O entendimento de como essa professora construiu e mobilizou saberes e combateu

representações estereotipadas sobre si diante dos outros, nos oportunizou compreender o aspecto singular de cada pessoa com deficiência e a necessária garantia de seus direitos sociais. Recorremos a Ribeiro (2017) para pensar que as condições sociais que cercam a vida de uma pessoa se sobrepõem às experiências individuais, favorecendo ou invisibilizando os seus lugares de cidadania. Para a referida autora, é importante que possamos analisar os mecanismos que legitimam o poder existente, diante de diferentes categorias, como por exemplo, gênero, raça, classe, sexualidade e ampliamos para o sentido da deficiência.

A história de vida apresentada evidencia o confronto de interesses sociais legitimados pela luta de diferentes classes, mas ganha reforço quando a pessoa entende sua posição, função, pertença e seu lugar no mundo. Um exemplo para potencializar essa tomada de consciência, está dentro do trabalho de Dainez, Smolka e Souza (2022, p. 13), que defendem que o referencial teórico inserido no currículo escolar faz diferença, pois possibilita “[...] argumentação substanciada e consistente sobre as intrínsecas articulações entre as funções sociais das instituições e o desenvolvimento cultural da criança”.

Referências

- BUENO, Belmira Oliveira, CATANI, Denice Barbara, SOUSA, Cynthia Pereira de, SOUZA, Maria Cecília Cortez. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre formação de professores. **Psicologia USP**, vol. 4, nº 1/2, p. 299-318, São Paulo, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/rosel/Documents/ARTIGO%20LEONOR%20E%20RENATA/34482-Texto%20do%20artigo-40434-1-10-20120722%20doc%20C3%Aancia,%20mem%20C3%B3ria%20e%20g%20C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luíza Bustamante; SOUZA, Flávia Faissal de. A dimensão constitutiva do meio: implicações políticas e práticas em Educação Especial. **Revista Educação e Sociedade**: Campinas, v.43, 2022. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/producao-cientifica/a-dimensao-constitutiva-do-meio-implicacoes-politicas-e-praticas-em-educacao-especial/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003. 404 p.
- SOUSA, Cynthia Pereira; CATANI, Denice Barbara; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano; BUENO, Belmira Oliveira. Memória e autobiografia: Formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação**, nº 2, p.61-76, São Paulo, maio-agosto, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/rosel/Documents/ARTIGO%20LEONOR%20E%20RENATA/Memriaeautobiog1996.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.